



## Presidente da Nova Central não vê problema em aluguel de militantes

O presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos, confirmou que a entidade contrata pessoas sem vínculo com o sindicato para fazer manifestações. Ele afirmou, ainda, que não vê problemas em incluir manifestantes sem ligações com sindicatos ou com os temas e chamou o pagamento de “ajuda de custo para alimentação”. As informações são do jornal *O Globo*.

De acordo com [notícia](#) publicada pela revista **Consultor Jurídico**, com R\$ 40 por cabeça, é possível reunir até duas mil pessoas na Esplanada dos Ministérios para defender ou atacar qualquer coisa, tomar partido contra ou favor de qualquer um.

“Faço uma manifestação e preciso de 40 ou 50 pessoas. Ao invés de buscar nos estados, busco companheiros daqui, especialmente desempregados. E, para isso, temos que dar uma compensação [de R\$ 40]. Uns são sindicalistas, outros são [recrutados] aleatoriamente”, disse Calixto ao jornal *O Globo*.

O deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu ao Tribunal de Contas da União uma investigação nas contas da Nova Central Sindical de Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh). A Nova Central Sindical diz representar 12 milhões de trabalhadores e, só este ano, deve receber R\$ 7,5 milhões em imposto sindical.

“É uma excrescência, uma artificialização criminoso de movimentos sociais. Nós defendemos o movimento sindical, mas essa nova central está fazendo protestos com manifestantes de aluguel, com mensaleiros, isso é uma distorção”, afirmou o deputado. Caiado sustenta que as contribuições sindicais são equivalentes a impostos, ou seja, são recursos públicos passíveis de fiscalização.

O próprio TCU ainda não tem certeza se, de fato, poderá fazer auditoria sobre as contas da central sindical. A Lei 11.648, aprovada em março do ano passado, não prevê fiscalização de centrais sindicais pelo TCU ou qualquer outro órgão do governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o artigo que tratava expressamente desse tipo de fiscalização. O argumento foi o de que “a Constituição veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical, em face o princípio da autonomia sindical, o qual sustenta a garantia de autogestão às organizações associativas e sindicais”.

O presidente da Nova Central Sindical, Calixto Ramos, disse que não vê problema algum na fiscalização do TCU. Ele entende até que, como há uma denúncia específica contra a central, o TCU pode pedir as contas da entidade. “Nossas contas estão abertas para o tribunal”, disse Calixto.

### Date Created

06/08/2009